

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO
EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA N.º 018/2017

Termo de Contrato de Prestação de Serviços
Continuados sem Dedicção Exclusiva de
Mão de Obra celebrado entre o
Departamento Estadual de Trânsito –
DETRAN/RS e o Banco do Estado do Rio
Grande do Sul S.A. – Banrisul.

Contrato celebrado entre o **Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS**, Autarquia criada pela Lei n. 10.847, de 20 de agosto de 1996, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.935.819/0001-03, sito na Av. Julio de Castilhos, 505, 17º Andar, nesta Capital, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato representado pelo seu **Diretor-Geral**, Ildo Mário Szinvelski, inscrito no RG sob o nº 60111481931 e no CPF sob o nº 234.709.920-53, e o **Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul**, instituição financeira, inscrito no CNPJ sob o n.º 92.702.067/0001-96, estabelecido nesta Capital, na Rua Capitão Montanha, n.º 177, doravante denominado **BANRISUL**, representado neste ato por seu **Diretor Comercial**, Osmar Paulo Viecei, inscrito no CPF sob o nº 267.411.800-87, RG 2011037674, para a execução descrita na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente Contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito na Cláusula Primeira, regendo-se pelo caput do artigo 25 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das Partes, constante do processo administrativo PROA n.º 17/2444-0037770-2.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de cobrança bancária pelo **BANRISUL**, permitindo-lhe efetuar o recebimento de valores, por meio de documentos pagáveis na rede bancária, denominado bloqueto de cobrança.

1.2. Para consecução do objeto contratado, a **CONTRATANTE** deverá transmitir ao **BANRISUL** arquivo remessa contendo dados para registro dos seus títulos junto a Carteira do **BANRISUL**, sendo que este deverá, posteriormente, remeter à **CONTRATANTE** arquivo retorno, a fim de viabilizar o acompanhamento, pela **CONTRATANTE** dos registros, das instruções de cobrança ou aponte em cartório, baixa por liquidação ou devolução e outras movimentações de títulos enviados para cobrança.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 A título de remuneração pela prestação dos serviços ora contratados, a **CONTRATANTE** pagará ao **BANRISUL** as seguintes tarifas e despesas por documento:

Código de Beneficiário: 0100 269972046

Espécie de Cobrança: 8050 (cobrança com registro)

Descrição da Tarifa	Valor (R\$)
Registro	2,81
Baixa/liquidação(*)	0,00
Manutenção Mensal de Título Vencido(*)	5,00
Alteração de Título Registrado (quando efetuada pela agência) (*)	6,00
Cartório (envio e sustação de Títulos)(*)	5,70
Relação de Títulos Vencidos/Vincendos (a cada 200 títulos relacionados)(*)	5,70
Reemissão de Título(*)	4,00

Descrição da Despesa	Valor (R\$)
Tarifa Interbancária (**)	R\$ 1,13
Porte Postal (***)	R\$ 0,96
Cópia de Bloqueto Liquidado (****)	R\$ 7,70
Custas de Cartório (Aponte/Protesto/Retirada/Gravação/Distribuição) (*****)	Variável cfe custas do Cartório

(*) Tarifas constantes na Tabela de Tarifas de Produtos e Serviços do **BANRISUL**, afixada nas agências e disponibilizada na Internet no site do **BANRISUL** (www.banrisul.com.br), reajustáveis mediante alteração da referida tabela e após nova negociação de acordo com as normas do BACEN.

(**) A Tarifa Interbancária sofrerá alterações de valores conforme definição da FEBRABAN.

(***) O Porte será reajustado conforme tabela da Empresa de Correios e Telégrafos.

(****) Será reajustado conforme definição da FEBRABAN.

(*****) Será repassado o valor cobrado pelo Tabelionato/CRA. Não existe um valor fixo.

2.2 A **CONTRATANTE** pagará ao **BANRISUL** as tarifas e/ou despesas de que trata o caput desta cláusula mensalmente em até 10 (dez) dias após a apresentação de ofício protocolizado no DETRAN/RS. Em hipótese alguma poderão ser efetuados débitos nas contas correntes do DETRAN/RS, relativas aos valores das tarifas.

2.2.1 Os valores serão pagos por transferência de recursos da conta Pagamentos do DETRAN/RS ao **BANRISUL** a conta especificada por esta.

2.3 À **CONTRATANTE**, é vedado repassar ao pagador, no bloqueto de cobrança, os encargos provenientes da remuneração paga ao **BANRISUL** pela prestação dos serviços ora contratados conforme determinação do BACEN.



CLÁUSULA TERCEIRA – DOS IMPOSTOS

3.1. Quaisquer impostos ou taxas que venham a ser exigidos pelos Poderes Públicos, com base no presente contrato ou nos atos que forem praticados em virtude de seu cumprimento, serão suportados pela **CONTRATANTE**, que arcará com o principal e acessórios da Obrigação Tributária, sem nenhum ônus para o **BANRISUL**.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

4.1 Nas Modalidades de Cobrança Com Registro, a **CONTRATANTE** gerará Arquivo Eletrônico (Remessa), no Leiaute FEBRABAN CNAB, disponível na página do **BANRISUL** na Internet, e enviá-lo via meio eletrônico, no prazo mínimo de 6 (seis) dias úteis anteriores ao vencimento dos títulos, para que o bloqueto seja entregue ao pagador ou à **CONTRATANTE** pelo **BANRISUL**.

4.2 Caso o bloqueto seja emitido e entregue ao pagador pela **CONTRATANTE**, o prazo para envio do arquivo ao **BANRISUL** é de no mínimo 05 (cinco) dias úteis anteriores ao vencimento dos títulos.

4.3 Onde o **BANRISUL** não tiver Agência bancária, fica autorizado, pela **CONTRATANTE**, a utilizar os serviços de cobrança dos Bancos Correspondentes.

4.4 Caso a cobrança seja operacionalizada por Bancos Correspondentes com emissão de bloquetes, o prazo é de 13 (treze) dias úteis.

4.5 O envio de arquivo de títulos pela **CONTRATANTE** em prazos inferiores aos acima especificados, isentará o **BANRISUL** de qualquer responsabilidade por eventuais atrasos na comunicação, implicando na dispensa de encargos.

4.6 São de inteira e exclusiva responsabilidade da **CONTRATANTE**, as informações relativas ao valor do título, nome, endereço, CEP, CPF/CNPJ dos sacados (pagadores), multas, juros, desconto, abatimento, instruções de protesto, prazo de devolução e outras pertinentes aos documentos em cobrança, bem como quando houver ocorrência de mensagem própria de seu interesse no fichário de suas cobranças emitidos pelo **BANRISUL** ou pela própria **CONTRATANTE**.

4.6.1 É de inteira responsabilidade da **CONTRATANTE** inserir nos bloquetes de cobrança por ela emitidos os números de telefones do Serviço de Atendimento ao Cliente Banrisul e da Ouvidoria, inclusive dos canais destinados a Deficientes Auditivos e de Fala constantes no site do **BANRISUL**, para eventuais contatos.

4.7 Sendo observada alguma irregularidade no arquivo eletrônico ou este não apresentando condições apropriadas para processamento, será devolvido à **CONTRATANTE**, para que providencie a sua substituição.

4.8 Para confirmação da movimentação, o **BANRISUL** disponibilizará, conforme a solicitação da **CONTRATANTE**, Aviso de Movimentação de Cobrança e/ou Arquivo Eletrônico (Retorno), de acordo com o Leiaute e canal enviado na remessa.

4.9 Caso a **CONTRATANTE** apresente problemas na apropriação do arquivo retorno, poderá solicitar um reprocesso dentro de um prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de referência do movimento; após este prazo, o **BANRISUL** não os disponibilizará novamente.



4.10 Qualquer discrepância constatada pela **CONTRATANTE** com relação aos dados informados no arquivo retorno, deverá ser comunicada ao **BANRISUL** num prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de referência do movimento; transcorrido este prazo, os dados serão considerados aceitos e corretos.

4.11 Todas as instruções ou alterações deverão ser enviadas ao **BANRISUL** pela **CONTRATANTE**, através de meios eletrônicos ou formalmente através de correio eletrônico ou carta para Agência do Beneficiário.

4.12 O **BANRISUL** somente acatará instruções de retirada de cartório (desistência de protesto) até às 11 (onze) horas do 3º dia útil após o apontamento do título no Cartório para protesto. Fica estabelecido ainda, que as instruções de retirada de cartório somente poderão ser protocoladas, no prazo anteriormente estabelecido, na AGÊNCIA DO BENEFICIÁRIO.

4.13 Sempre que as instruções de protesto se referirem a títulos em cobrança pertencentes aos Bancos Correspondentes, o **BANRISUL** fica autorizado a transmitir-lhes tais informações. Fica a **CONTRATANTE** conhecedora que essas informações são processadas pelo Banco Correspondente 02 (dois) dias úteis após o recebimento pelo **BANRISUL**.

4.14 A **CONTRATANTE** está ciente de que o **BANRISUL** não enviará para protesto, títulos em cobrança emitidos contra empresas do GRUPO **BANRISUL**, bem como emitidos contra Órgãos ou Entidades do Setor Público.

4.14.1 Para efeito do disposto neste item, entende-se por Órgão e Entidade do Setor Público:

- a) a administração direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- b) as Autarquias e Fundações instituídas ou mantidas, direta ou indiretamente, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, suas subsidiárias e demais
- d) empresas controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- e) os demais Órgãos ou entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

4.15 O **BANRISUL** compromete-se a efetuar, através de sua rede de Agências, e quando for o caso através das Agências de Bancos conveniados, o recebimento e transferência dos valores para a **CONTRATANTE** oriundos das respectivas cobranças.

4.16 O prazo para liquidação da cobrança de títulos registrados nos Bancos Correspondentes sujeita-se àquele estabelecido conforme acordo firmado entre os Bancos Correspondentes e o **BANRISUL**.

4.17 Os valores recebidos pelo **BANRISUL**, sejam eles em espécie ou cheques de emissão dos pagadores, pertencentes ao sistema de compensação de cheques e outros papéis, serão liberados para crédito da **CONTRATANTE** no prazo negociado de D + 1 (1 dia útil).

4.18 No caso de recebimento de valores fora do horário normal do executante da compensação de cobrança, ou falhas técnicas em equipamentos eletrônicos de suporte do fluxo operacional do serviço, a **CONTRATANTE** deve buscar informações dos Títulos através dos recursos disponibilizados pelo **BANRISUL**: Office Banking e/ou pelo arquivo de liquidação em trânsito.

4.19 Nas Cobranças simples, caucionada e vinculada os Títulos originais serão devolvidos à **CONTRATANTE** após o processamento e, nos descontos, ficarão em poder do **BANRISUL**. A



CONTRATANTE compromete-se a guardar e exibir ao **BANRISUL**, quando for exigido, a respectiva documentação comprobatória referente aos Títulos de sua emissão. Em cobrança caucionada ou vinculada, o borderô/encaminhamento para cobrança caucionada/vinculada integrará o instrumento de crédito original. Poderão ser registrados, para protesto imediato, Títulos vencidos até 60 dias da data do processamento. O **BANRISUL** não se responsabiliza pelos dados constantes nos bloquitos de cobrança emitidos pelo cliente ou, naqueles emitidos através de acesso a algum site de internet, que não estejam autorizados pelo **BANRISUL**. O envio dos fichários ao pagador poderá ser feito pelo correio, sem qualquer responsabilidade do **BANRISUL** por falta de apresentação oportuna ou eventuais extravios.

4.20 Os Títulos registrados serão cobrados de acordo com o tipo de instrução indicada pelo **CONTRATANTE**, podendo o **BANRISUL** recusar qualquer dos títulos apresentados. Os títulos não registrados no Sistema do **BANRISUL**, quando liquidados através de autoatendimento com valor menor do que o constante no boleto de cobrança serão creditados ao beneficiário pelo valor pago, sem responsabilidade do Banco pelo valor liquidado. Os títulos registrados que não forem liquidados até 60 dias do vencimento serão baixados, automaticamente, pelo sistema de cobrança desde que não haja instrução da **CONTRATANTE** com prazo diferenciado. Em operações de desconto e de vendor impagas após o vencimento, será reembolsado ao **BANRISUL** o valor dos títulos mais os encargos tão logo o exigir, independente de protesto. Os valores resultantes das tarifas e/ou despesas da presente operação, conhecidos e aceitos conforme especificados neste contrato e no quadro de tarifas, incluindo-se os cheques devolvidos dados em pagamento destes títulos, serão lançados a débito na conta corrente do Beneficiário, ato para o qual este dá pronta e plena autorização.

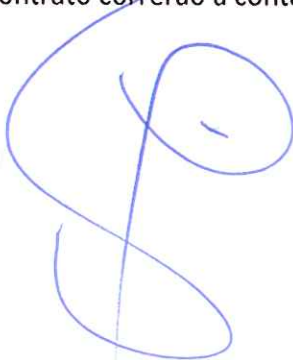
4.21 O **BANRISUL** disponibilizará à **CONTRATANTE** a possibilidade de apontar seus títulos em cartório. O endereço inválido ou a falta do CPF/CNPJ do pagador impossibilitará o cumprimento da instrução de protesto no prazo estipulado inicialmente. O **BANRISUL** não se responsabilizará por protestos indevidos em decorrência de endereços incorretos ou de acertos diretos entre beneficiário e pagador sem a tempestiva comunicação ao **BANRISUL**. O **BANRISUL** não enviará para protesto os títulos que tenham como espécie de documento Letra de Câmbio, Nota Promissória, Duplicata de Serviços e Contratos cujos Tabelionatos exijam a apresentação do documento original.

4.22 Os casos operacionais e outros aspectos envolvidos nas operações bancárias não previstos neste instrumento, serão resolvidos e ajustados entre as partes de forma administrativa e através de troca de correspondência, as quais ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECURSO FINANCEIRO

5.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Recurso financeiro:

Unidade Orçamentária : 44.01
Atividade/Projeto : 4715
Elemento/Rubrica : 3.3.90.39
Recurso : 8033
Empenho: 170034482766



CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 6.1 O prazo de duração do contrato é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data definida na ordem de início dos serviços.
- 6.2 A expedição da ordem de início dos serviços somente se efetivará a partir da publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.
- 6.3 O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 10 dias, mediante a apresentação de Ofício pelo contratado, que deverá conter os quantitativos das cobranças efetivamente recebidas.
- 7.2 O documento deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.
- 7.2.1 Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante.
- 7.2.2 A protocolização somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte do contratado.
- 7.3 O pagamento será efetuado por serviço efetivamente prestado e aceito.
- 7.3.1 A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:
- 7.3.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no contrato; ou
- 7.3.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.4 Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.
- 7.5 Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei federal nº 8.666/1993.
- 7.5.1 Constatando-se situação de irregularidade do contratado junto ao CADIN/RS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 15 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 7.5.2 Persistindo a irregularidade, o contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.6 Os pagamentos a serem efetuados em favor do contratado, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:



- 7.6.1 Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, conforme determina o art. 64 da Lei federal nº 9.430/1996;
- 7.6.2 Contribuição Previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei federal nº 8.212/1991;
- 7.6.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar federal nº 116/2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.
- 7.7 As empresas dispensadas de retenções deverão entregar declaração, anexa ao documento de cobrança, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal.
- 7.8 A contratante poderá reter do valor da fatura do contratado a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Os valores do presente Contrato poderão ser reajustados conforme segue:

- 8.1.1 Para o serviço de Registro, anualmente, limitado à variação anual da Unidade de Padrão Fiscal do Rio Grande do Sul – UPF/RS, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo conforme determinado pela legislação pertinente, bem como, a forma estabelecida para a sua aplicação.
- 8.1.2 Para os demais serviços, conforme alteração da tabela de tarifas bancárias do **BANRISUL**, desde que formalmente acordado entre as partes mediante Apostilamento, após negociação de acordo com as normas do BACEN, definição da FEBRABAN ou tabela e respectiva comprovação a **CONTRATANTE**.
- 8.2 Fica fixada a data da vigência do contrato como data base para ocorrer os reajustes dos preços.
- 8.3 O **BANRISUL** deverá protocolizar o pedido de reajuste 30 (trinta) dias antes da data base do reajuste dos preços, o qual deverá ser analisado e aprovado pelo **DETRAN/RS**, antes do apostilamento.
- 8.4 Se o pedido de reajuste for protocolizado fora do prazo estabelecido no item 8.3, a data de reajuste será a data do apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1 As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.



CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1 Executar os serviços conforme especificações deste instrumento, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários previstos.
- 10.2 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas inicialmente, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, devendo comunicar ao contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
- 10.3 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 10.4 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando o contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.6 Comunicar ao contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 10.7 Coordenar e supervisionar a execução dos serviços contratados.
- 10.8 Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 10.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei federal nº 8.666/93.
- 10.10 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.10.1 Não divulgar, sem o prévio consentimento do DETRAN/RS, nenhuma informação a respeito do teor e conteúdo contratado, conforme previsto no art. 198 do Código Tributário Nacional, bem como manter o sigilo de dados na forma da legislação específica sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem



- como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.3 Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 11.4 Pagar o contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento.
- 11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do contratado, nos termos da legislação vigente.
- 11.6 Fornecer à Contratada todos os documentos e informações necessárias à elaboração dos trabalhos ora contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

- 12.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o contratante poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva ao contratado, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.
- 12.2 Configurar-se-á o retardamento da execução quando o contratado:
- 12.2.1 deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço;
- 12.2.2 deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 12.3 Se o contratado descumprir as obrigações contratuais ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.3.1 multa:
- 12.3.1.1 compensatória de até 10% sobre o valor total atualizado do contrato nos casos de inexecução, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado, e nos casos de descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;
- 12.3.1.2 moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 dias.
- 12.4 As multas compensatória e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 12.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 8.666/1993.
- 12.6 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas ao contratado.
- 12.6.1 Se o valor a ser pago ao contratado não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver.



- 12.6.2 Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica o contratado obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 12.6.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 12.6.4 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei federal nº 8.666/1993.
- 12.6.5 As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

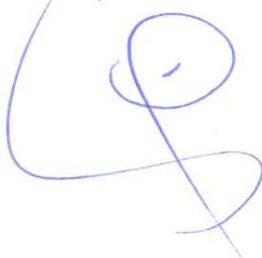
- 13.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.
- 13.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao contratado o direito à prévia e ampla defesa.
- 13.3 O contratado reconhece os direitos do contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei federal nº 8.666/1993.
- 13.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- 13.4.1 levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 13.4.2 relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 13.4.3 indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS VEDAÇÕES

- 14.1 É vedado ao contratado:
- 14.1.1 caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
 - 14.1.2 interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

- 15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei federal nº 8.666/1993.
- 15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DOS CASOS OMISSOS

- 16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 8.666/1993 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

- 17.1 Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.
- 17.2. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo contratante.
- 17.3. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.
- 17.4. O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula.


CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 Não havendo movimentação de títulos durante os primeiros três meses após o início do semestre civil ou por seis meses compreendendo os dois semestres civis, o código do beneficiário especificado no presente instrumento será, automaticamente, excluído do Sistema de Cobrança, permanecendo, porém, exigíveis as obrigações eventualmente pendentes de cumprimento por qualquer das partes.
- 18.2 Fica eleito o Foro de Porto Alegre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.
- 18.3 E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, 26 de setembro de 2017.



Ildo Mário Szinvelski
Diretor-Geral
DETRAN/RS



Osmar Paulo Vieceli
Diretor Comercial
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Testemunhas:



Bárbara Pontel
Coordenadora de Compras
DETRAN/RS – ID: 3200132



